



JUCESP PROTOCOLO
2.232.500/19-6



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA:**

"AJR COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA"

CNPJ: 27.840.547/0001-51

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social, os abaixo-assinados:

ROMUALDO ALVES MENDES, brasileiro, natural de Osasco/SP, nascido no dia 16 de Outubro de 1979, casado sob o regime comunhão universal, empresário, portador da carteira de identidade nº. **30.376.564-1** expedida em 03/01/2013 pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. **284.512.378-78**, residente e domiciliado à Estrada do Sapiatã, nº 595 - Apto. 33-Bloco F-Vila Santa Rita - Itapevi - São Paulo - CEP. 06665-022 e;

DAVID DOS SANTOS MENDES, brasileiro, natural de Jandira/SP, maior, solteiro, empresário, nascido em 28 de novembro de 1998, portador da RG nº **52.602.813-0** emitida em 17/06/2016, SSP/SP, e inscrito no CPF (MF) nº **416.029.918-04**, residente e domiciliado na Rua Pedro Moraes nº 88 - Casa 2 - Jardim Heneide - Itapevi - São Paulo - Cep. 06.602-400. Únicos sócios de uma sociedade empresária limitada sob a denominação de **"AJR COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA"**, com sede na Rua Milton Alves nº 91 - Jardim Alvorada - Jandira - São Paulo - Cep. 06.612-120, regularmente inscrita no **CNPJ nº 27.840.547/0001-51** com seu Contrato Social devidamente registrado e arquivado na JUCESP sob nº **35.230.609.979** de **29 de maio de 2017** e resolvem de comum acordo promover alteração contratual, mediante a cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Altera-se neste ato a sede e domicílio da sociedade para à **Rua Waldemar Pettená de Oliveira nº 324 - Jardim Nova Itapevi - Itapevi - São Paulo - Cep: 06690-310.**

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas consignadas no Contrato Social primitivo, que não foram alteradas por este instrumento de alteração contratual. Conforme a mudança acima e de acordo com os termos dos artigos 997 e seguintes da lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), os sócios resolvem consolidar o seu Contrato Social Primitivo.

DUCESP
29 11 19

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

"AJR COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA"

ROMUALDO ALVES MENDES, brasileiro, natural de Osasco/SP, nascido no dia 16/10/1979, casado sob o regime comunhão universal, empresário, portador da carteira de identidade nº. **30.376.564-1** expedida em 03/01/2013 pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. **284.512.378-78**, residente e domiciliado à Rua Madalena e Silva, 72 – Conj.Hab. Setor B – Itapevi – São Paulo – CEP. 06665-245 e;

DAVID DOS SANTOS MENDES, brasileiro, natural de Jandira/SP, maior, solteiro, empresário, nascido em 28 de novembro de 1998, portador da RG nº **52.602.813-0** emitida em **17/06/2016**, SSP/SP, e inscrito no CPF (MF) nº **416.029.918-04**, residente e domiciliado na Rua Pedro Moraes nº 88 – Casa 2 – Jardim Heneide - Itapevi - São Paulo – Cep. 06.602-400.

I. DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO.

1.1. A sociedade girará sob a denominação social de "**AJR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**" e rege-se pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis.

1.2. A sociedade terá sua sede na *Rua Waldemar Petená de Oliveira nº 324 – Jardim Nova Itapevi – Itapevi - São Paulo – Cep: 06690-310.*

1.2.1. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por ambos os sócios, em qualquer parte do território nacional no exterior.

1.3. O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

II. OBJETO SOCIAL.

A sociedade tem por objeto social: **COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA; COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO; COMÉRCIO DE MATERIAL ELETRÔNICO; COMÉRCIO DE TELEFONIA; COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA; COMÉRCIO DE MADEIRA E ARTEFATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.**

III. CAPITAL SOCIAL.

3.1. O capital social da sociedade será de **R\$100.000,00** (Cem mil reais), dividido em 100.000 (Cem mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (Um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, em sua totalidade, assim distribuída entre os sócios:

NOME	COTAS	R\$
ROMUALDO ALVES MENDES	80.000	80.000,00
DAVID DOS SANTOS MENDES	20.000	20.000,00
Total	100.000	100.000,00

DUCESP
29 11 19

3.2. A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das quotas que cada um possui na sociedade, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

3.3. As cotas são divisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições o preço e direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, obrigando-se uma vez realizada a cessão deles, a alteração contratual pertinente.

IV. ADMINISTRAÇÃO.

4.1. A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios o qual deverá assinar todos os documentos inerentes aos interesses sociais da empresa em isoladamente ou em conjunto, inclusive cheques e transações bancárias, sendo lhes vetado, no entanto o seu uso para fins estranhos tais como endossos e avais de favor, cartas de fiança e outros documentos análogos, ficando como únicos responsáveis pelos compromissos assumidos.

V. DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS.

5.1. As deliberações dos sócios querem previstas em lei ou neste Contrato Social, serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do contrato social ou outros atos de deliberação.

5.1.1. A reunião de sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

5.1.2. As deliberações dos sócios serão tomadas por unanimidade, nos casos em que não estiver expressamente previsto em lei ou neste Contrato Social.

5.1.3. Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, advogado ou procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes.

5.1.4. Serão considerados presentes os sócios que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outra forma escrita.

5.2. As reuniões de sócios serão convocadas pela administração da sociedade por escrito, mediante carta registrada ou protocolada, com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em segunda convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência.

5.2.1. A convocação deverá especificar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os sócios acordem diferentemente.

5.2.2. Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião.

5.3. A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, mais da metade do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número.

JUCESP
29 11 19

5.4. As reuniões serão presididas por sócio, representante de sócio, administrador ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário.

5.4.1. Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

5.4.2. Cópia da ata autenticada pela administração, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação.

5.4.3. A administração da sociedade entregará cópia autenticada da ata ao sócio que a solicitar.

5.4.4. Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observado as disposições regulamentares pertinentes.

VI. EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO.

6.1. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

6.1.2. As contas da administração serão aprovadas por unanimidade dos sócios.

6.2. A destinação do lucro líquido então verificado poderá ser, por deliberação dos sócios:

(a) distribuído entre os sócios, na proporção de sua participação no capital social;

(b) retido, total ou parcialmente, em conta de Lucros Acumulados ou em reservas na sociedade;

(c) capitalizado; e/ou

(d) utilizado para a integralização do capital subscrito e não integralizado dos sócios que não o tiverem feito até a data efetiva da distribuição de tais lucros.

6.2.1. Nenhum dos sócios terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação.

6.2.2. A sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores, e, com base nesses balanços, distribuir ou capitalizar os lucros, conforme deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social.

6.2.3. A sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de sócios.

VII. CESSÃO DE QUOTAS

7.1. Os sócios não poderão ceder suas quotas ou seu direito de preferência para participar de aumento de capital a terceiros sem antes oferecê-los ao outro sócio, em igualdade de condições, outorgando-se

DUCESP
29 11 19

prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias para a resposta, que deverá ser manifestada por escrito.

7.1.1. O sócio cedente deverá notificar o outro sócio, por meio de carta registrada, sua intenção de ceder suas quotas ou seu direito de preferência para participar de aumento de capital a terceiros, com indicação do nome do comprador potencial, preço e condições de pagamento.

7.1.2. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias a que se refere o caput desta Cláusula sem que o outro sócio tenha expressamente manifestado sua preferência, as quotas ou o direito de preferência para participar de aumento de capital poderão ser transferidos ao terceiro indicado, nos 30 (trinta) dias subsequentes, sob pena de se tornar sem efeito a notificação.

7.1.3. A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pelos sócios.

VIII. EXCLUSÃO DE SÓCIO

8.1. É permitida a exclusão de sócio por justa causa, desde que aprovada por sócios ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

IX. FUSÃO E INCORPORAÇÃO

9.1. A sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação unânime dos sócios.

X. CISÃO E TRANSFORMAÇÃO

10.1. A sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação unânime dos sócios.

XI. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO.

11.1. A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a reunião de sócios o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar durante o período de liquidação.

11.2. A morte, dissidência, incapacidade, retirada, extinção, exclusão, recuperação judicial ou a falência de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com os sócios remanescentes, a menos que estes, desde que representem mais da metade do capital social, resolvam liquidá-la.

11.2.1. Os sócios detentores de quotas representativas da maioria do capital social poderão deliberar a exclusão de sócio minoritário, em reunião convocada especialmente para este fim, observado os procedimentos dispostos em lei, sendo que as quotas do sócio excluído serão liquidadas na forma do item 11.3, abaixo.

11.2.2. No caso de morte ou impedimento de sócio, os sócios remanescentes poderão admitir o ingresso dos herdeiros ou sucessores

DUCESP
29 11 19

na Sociedade, somente podendo determinar que suas quotas sejam liquidadas na forma do item

11.3., abaixo, dentro de 02 (dois) anos contados da morte ou impedimento de sócio.

11.3. Nas hipóteses de exclusão e retirada de sócio da Sociedade, e nos casos de morte ou impedimento de sócio, serão apurados os haveres do sócio excluído, retirante, impedido, incapaz, ou dos herdeiros e sucessores do sócio morto, com base no valor de patrimônio líquido da Sociedade, conforme balanço contábil especialmente levantado para este fim, os quais serão pagos em 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da data do referido balanço, devendo as parcelas devidas serem corrigidas monetariamente pelo IGPM - FGV (Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Faculdade Getúlio Vargas), na menor periodicidade permitida pela legislação brasileira vigente.

11.3.1. As quotas do sócio retirante, excluído, impedido, incapaz, ou, se for o caso, dos seus sucessores, poderão, alternativamente, ser resgatadas pela própria Sociedade, ou adquiridas pelos sócios remanescentes, na proporção das respectivas participações no capital social, mediante pagamento pelos adquirentes no valor e forma referidos no item 11.3, acima.

11.4. Em caso de separação judicial ou divórcio de qualquer dos sócios, com a partilha de bens que implique em alteração da titularidade das quotas, o cônjuge somente será admitido na Sociedade, mediante aprovação da totalidade dos demais sócios remanescentes. Caso ingresso do cônjuge seja recusado, as quotas correspondentes serão reembolsadas na forma prevista no item 11.3.

XII. CONSELHO FISCAL

12.1. A sociedade não terá conselho fiscal.

XIII. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

13.1. A sociedade poderá pedir recuperação judicial, extrajudicial ou falência por deliberação de sócios ou sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social.

V. ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL.

14.1. Este Contrato Social poderá ser livremente alterado em qualquer de suas cláusulas e a qualquer momento por deliberação unânime dos sócios, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quórum especial previsto neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quórum especial, ainda que inferior ao quórum geral.

JUCESP
29 11 19

XV. LEI APLICÁVEL

15.1. O presente Contrato Social rege-se pelo disposto neste contrato social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

XVI. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

16.1. O Administrador declara, sob as penas da lei, não está impedida de exercer a administração da Sociedade por lei especial ou por se encontrar sob os efeitos de condenação criminal, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

XVII. DO FORO

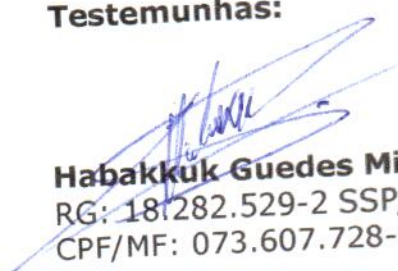
17.1. Fica eleito o foro da comarca de **Itapevi - SP** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor, com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

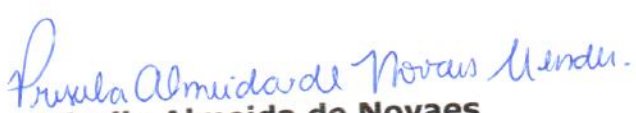
Itapevi, 01 de outubro de 2019.


ROMAULDO ALVES MENDES


DAVID DOS SANTOS MENDES

Testemunhas:


Habakkuk Guedes Miguel
RG: 181.282.529-2 SSP/SP
CPF/MF: 073.607.728-97


Priscila Almeida de Novaes
RG: 41.434.637-3 SSP/SP
CPF/MF: 364.694.208-85

